

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR - 4.ª edição (2014-2015)

Márcia Angelina Gomez Trinidad

**EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS DA COMUNIDADE ESCOLAR
PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

SANT'ANA DO LIVRAMENTO, RS
2015

Márcia Angelina Gomez Trinidad

**EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS DA COMUNIDADE ESCOLAR PARA
UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para obter o título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof.^a Vanessa Souza Pereira

SANT'ANA DO LIVRAMENTO
2015

DAS UTOPIAS

*Se as coisas são inatingíveis,
Ora, não há razão para não querê-las.
Que tristes os caminhos se não fora
A presença distante das estrelas.*

Mário Quintana

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos às pessoas que colaboraram para que esse trabalho acontecesse.

Cito algumas em especial:

À minha família, que me ensinou a crescer e perseverar;

As minhas filhas, que me impulsionam a ir além;

Aos amigos, que torceram e incentivaram para que eu concluísse;

À comunidade escolar da EMEI M.E. da cidade de Sant'Ana do Livramento-RS, que se disponibilizou a participar das ações propostas;

Aos colegas do curso, com quem pude dividir muitos momentos bons;

Aos professores da banca, pela atenção dispensada na leitura deste trabalho;

Aos professores Antônio Falcetta e Vanessa Souza Pereira, pelo conhecimento compartilhado e pelas cobranças necessárias ao meu crescimento acadêmico e pessoal;

À minha querida orientadora, Professora Vanessa Souza Pereira, pelas lições e confiança;

À Coordenação do Curso Especialização em Gestão Escolar – UFRGS, pela excelente qualidade dos mestres e materiais.

LISTA DE SIGLAS

CME - Conselho Municipal de Educação

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCNEI - Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação Infantil

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PME - Plano Municipal de Educação

PPP - Projeto Político-Pedagógico

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Como gestora de escola pública da rede municipal de ensino de Sant'Ana do Livramento, ingressei no Curso de Especialização Escola de Gestores – IV Edição na intenção de aprimorar meus conhecimentos sobre Gestão Escolar e aplicá-los na escola infantil municipal onde trabalho, analisando a possível aplicabilidade de uma proposta de participação dos pais na vida escolar dos seus filhos. O objetivo: que estes não percebam a escola infantil apenas como uma “creche”, lugar de “cuidar e alimentar” enquanto os pais trabalham. Percebe-se que a comunidade escolar é mista em questões culturais e com um perfil de pais muito jovens – normalmente casos de primeiro filho. Isso torna a questão da maturidade (ou imaturidade) dos pais uma situação que pode ser desfavorável à compreensão do ato educativo na creche, descaracterizando, muitas vezes, o preparo e a qualificação dos educadores. Assim, o grande objetivo desta proposta foi engajar os pais no ato de participar dos acontecimentos cotidianos da escola que escolheram para seus filhos, mesmo sendo estes bebês (de zero a dois anos). É importante perceber que a escola tem uma proposta pedagógica alicerçada nos PCN da Educação Infantil e que seus Planos de Estudos compreendem o desenvolvimento infantil por meio de trabalhos direcionados a várias áreas, sendo elas cognitivas, psicomotoras e afetivo-sociais. Dentre vários autores estudados, cito PARO e GANDIN, que trazem um aparato bastante consistente sobre Participação e Gestão Democrática. Quanto ao método, utilizei-me da pesquisa-ação, que encerra o conceito de que o objetivo maior deve ser algo que não se encerre na pesquisa, mas que gere novas pesquisas. Do conteúdo analisado, percebo que é possível, sim, construir a participação desejada, mas é preciso partir de um gestor que realmente se identifique com as questões democráticas, que tenha um diálogo claro, aberto e preciso com sua comunidade escolar, usando sempre de respeito e justiça social. É possível perceber uma grande mudança na participação da comunidade escolar, que hoje não se preocupa tão somente com a chegada de pareceres descritivos em data agendada, mas em chegar diariamente à sala de aula e ter conversas pertinentes às melhorias que todos desejamos para uma Educação de Qualidade.

Palavras-chave: Participação, Gestão Democrática, Creche, Educação Infantil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
METODOLOGIA	10
REFERENCIAL TEÓRICO	12
ANALISES E RESULTADOS	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	25

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda os relatos e processos das vivências sobre a construção da Participação no contexto de uma Escola Municipal de Educação Infantil do Município de Sant’Ana do Livramento. A referida escola iniciou suas atividades no dia 05 de fevereiro de 2014, sob o decreto de criação n.º 6.380 de 11 de março de 2014. Neste ano de 2015 atende à etapa creche da Educação Infantil, contendo um total de 34 alunos, pois o prédio conta apenas com duas salas de aula e um corredor onde funciona a direção e secretaria; uma cozinha, um banheiro adulto e um banheiro infantil.

É mantida pela Prefeitura Municipal /Secretaria Municipal de Educação, sendo a encargo desta as matrículas, o quadro de pessoal, a alimentação, os materiais de limpeza e manutenção, bem como o acompanhamento pela coordenação da educação infantil.

As crianças atendidas pela escola são da região central, é também de outros bairros da cidade. Isso porque muitos pais e responsáveis trabalham no centro da cidade e preferem deixar seus filhos mais próximos. Neste ano de 2015, alguns pais apresentaram uma característica especial de “cobrança excessiva aos cuidados”, esquecendo-se de que creche não é mais um lugar de apenas cuidar, mas é um espaço pedagógico-educativo, e que participar na escola de seus filhos não deve ter apenas o caráter de “direito do trabalhador” (BRASIL, 1988), mas também o de “direito e dever com a educação” (BRASIL, 1990; BRASIL, 1996). Toda a sociedade deve, portanto, se envolver e reconhecer a Escola Infantil como o direito à educação.

A escola precisou criar meios de construir uma participação plena dos pais dentro do espaço-tempo escolar para que a educação cumprisse seu papel social, colaborando, pelos princípios democráticos, para a cidadania. A característica observada nos pais da escola foi que eles desejavam que seus filhos tivessem um lugar seguro e confiável para ficar enquanto trabalham. Uma mão de obra que deveria ser custeada pelos impostos que eles pagam. Alguns pais apontam serem sabedores de seus direitos, e o governo deve isso a eles.

O fato de serem crianças de zero a dois anos trouxe os pais a participarem mais efetivamente na escola, pois a insegurança, o medo e a conceito culturalmente formado sobre a creche fazem com que as pessoas cobrem excessivamente um cuidado quase de exclusividade ao “seu filho”.

O desejo da Escola tornou-se, porém, justamente a quebra desses paradigmas, seja pelos elos de confiança que se formaram, seja pelo novo conceito de educação escolar na creche, implementado na escola.

Pretendia-se que os pais participassem da vida escolar dos filhos, e de fato eles precisavam ver a escola como “Escola”, e não como “um lugar pra ficar enquanto trabalho”.

Alguns aportes legais se fizeram necessários relacionados a quem é destinada a vaga na “creche”. Pelo enfoque constitucional (BRASIL, 1988), a assistência em creche e pré-escola configura direito social do trabalhador (art.7.º, XXV). A Constituição Federal previu que essa “assistência” fosse prestada aos filhos dos trabalhadores na modalidade creche e pré-escola. A Carta Magna ainda aferiu que, dentre os direitos fundamentais da criança, essa assistência fosse ofertada pelo acesso à educação infantil nesses locais de zero a cinco anos de idade (art. 208. IV).

Pelo enfoque do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990), é dever do estado resguardar e assegurar o atendimento em creche e pré-escola para as crianças de zero a cinco anos, tornando prioridade absoluta a proteção integral da criança, sendo esta uma população vulnerável da sociedade. A família e a sociedade, portanto, precisam erradicar qualquer forma de violação desse direito, eliminando qualquer negligência, sob a pena de ser punido por omissão (art.4.º c/c art.5.º).

Pelo enfoque da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL,1996), é preconizada a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, ofertada pelos municípios nas creches e pré-escolas. Faz parte, portanto, dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), tendo estabelecidos seus objetivos nos Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação Infantil (PCNEI). Consta no Plano Municipal de Educação (PME) de Sant’Ana do Livramento a exigência de formação no nível técnico magistério dos educadores que desenvolvem as atividades diárias na creche. Assim, configura-se uma versão de “instituição escolar” para a creche, etapa que atende crianças de zero a 3 anos. Estando essas escolas regulamentadas pelo Conselho Municipal de Educação (CME), é notável que a visão assistencial deixe de existir no sentido da lei, o que não significa que mude o sentido na prática.

Boa leitura!

METODOLOGIA

Todo aparato metodológico que se dispensa a uma pesquisa precisa estar em consonância com os objetivos da pesquisa. Encontrar uma metodologia para trabalhar a participação dos pais na vida escolar dos filhos é uma tarefa que precisa abrir-se em um leque de outras possibilidades, pois a pesquisa normalmente encerra a ideia de algo comprovado e nem sempre seu processo é linear. O que não é o caso do ato participativo numa escola, que culturalmente está impregnado de mitos sobre “ser ruim” ter de ir até a escola.

Logo foi pensado em *Identidade*. Não irei me aprofundar muito em tudo que encerra este termo, porém acredito que toda escola precisa ter uma identidade. Essa identidade é como a que todo cidadão possui, precisa-se dizer o nome completo, de onde é, a data de nascimento e quem são os pais. Abarca toda uma regionalidade que se apresenta nas características *Sui Generis* imbricadas, no contexto da escola, na comunidade para quem trabalha. Precisamos, contudo, ter um equilíbrio, pois a escola está para comunidade, mas a comunidade também precisa estar para a escola.

A construção dessa identidade se deu livremente, numa liberdade “freiriana”, na qual o diálogo é a principal ferramenta. A Construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) foi, assim, o berço da identidade da escola. Os pais e demais pessoas da comunidade escolar puderam vislumbrar um preceito de escola infantil desejável, a partir da reflexão em conjunto sobre a questão principal e mola mestra: que escola queremos para nossos filhos?

Todo um suporte teórico de fácil entendimento aos partícipes foi prestado pela direção da escola, como, por exemplo, o que ensinar na creche? Qual o significado de Educar, Cuidar e Amar? As explicações legais, o aparato da legislação vigente e adequado à creche, a resolução do CME que determina número de alunos *versus* professor *versus* espaço físico. Isso tudo colaborou para que os pais construíssem uma visão de que poderia, sim, haver muita qualidade e aprendizados na “creche”. Partiu-se, então, à procura do método, com base nas orientações do Curso de Especialização em Gestão Escolar – UFRGS.

A metodologia orientada foi a da pesquisa-ação. Com base nisso, estudei os preceitos e os apliquei dentro do contexto da Escola Infantil na qual atuo como gestora e onde, como cursista da UFRGS, empreendi algumas ações.

A pesquisa-ação é instrumento pedagógico e científico que busca a transformação participativa – e no caso específico deste trabalho – dentro do contexto escolar, em que todos são sujeitos autores e atores do processo de participação, atrelado a um modelo de gestão democrática.

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas aconteçam. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa... (KEMMIS e MC TAGGART, 1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p. 248).

Considero que a pesquisa-ação foi o caminho mais indicado pelo diagnóstico inicial da comunidade escolar e pela propositura do meu trabalho. Os atores do processo de participação, aqui na pessoa dos pais e familiares, apresentaram disponibilidade de cerca de 70% de tornarem-se coadjuvantes dos processos em que seus filhos estão sendo educados. Trata-se, pois, de uma escola de bebês, e a preocupação dos pais foi propulsora da participação deles nesse contexto. Participação essa que passou a ser edificada, com o passar do tempo, pelas relações interpessoais e pelo modelo de gestão democrática que se busca aplicar na escola.

O modelo inovador da metodologia da pesquisa-ação se deve principalmente a três pontos essenciais: caráter participativo, impulso democrático e contribuição às mudanças sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais aqui apresentados constituem a base legal deste trabalho e foram selecionados de acordo com uma concepção de gestão escolar democrática, sendo esta a linha de orientação do Curso. Com a finalidade de que o objetivo geral do Projeto de Intervenção aplicado na escola fosse alcançado com êxito, os estudos elencados a seguir constituíram-se como uma análise aprofundada e reflexiva do que se viveu durante o percurso de intervenção do PI e farão parte substancial neste TCC.

Transformar uma cultura de participação da sociedade de forma efetiva e colaborativa na escola exige transcender do conservador para o participativo dentro de uma linha tênue. Uma situação que nos reserva vários prismas, que pretendo aprofundar em pesquisas futuras, pois essa transformação deve ser pensada e dialogada de forma a quebrar paradigmas já cristalizados no senso comum das comunidades sobre a autoridade da e na escola. Escola esta que vive as transformações da sociedade, mas essa sociedade muitas vezes não percebe as suas transformações. A ideia de participação pressupõe aos pais, familiares e comunidade próxima um ato de cidadania, portanto um direito civil legitimado pela nossa Constituição Federal. Mas chegar ao ponto que se espera que eles adentrem ao espaço escolar e se sintam livres para questionar ou até mesmo sugerir é algo ainda utópico.

A Escola apresentou as condições favoráveis para que um gestor que entendesse a democracia como direito legítimo do cidadão pudesse agir fidedignamente. O contexto em que a escola estava sendo criada, uma escola nova, sem vícios ou preconceitos, exceto os de que seria uma “creche”, popularmente mal falada por ser lugar de “depositar crianças”, poderia ser fator relevante para se criar um novo ideal de educação infantil. Um momento de criação de uma comunidade escolar totalmente nova, que, mesmo com esses preconceitos, poderia desmitificar a educação infantil que é ofertada nas creches.

Gandin (2000) ressalta, em seu livro *Escola e Transformação Social*, que a participação da comunidade no planejamento e na prática da educação é o desafio do gestor atual, que vivencia as mudanças constantes na educação dentro das salas de aula. Não há mudança nas leis, mas a mudança nos comportamentos humanos de todas as faixas etárias, percebendo a segregação das famílias e o traslado de funções que vem ocorrendo dia a dia entre família e escola.

Refletindo sobre a prática da participação dos pais na vida escolar dos filhos, destaco, dentre os pensamentos do autor, a nova ruptura inerente à participação da comunidade como atores do processo, e não expectadores. Não há escolas para aperfeiçoar, há relações de poder para extinguir e criar relações de sociedades heterogêneas, conscientes da diversidade e necessidade de Educação para Todos.

Para Gandin (1994, p. 24), participação é construção em conjunto. Lembremos que transformar a sociedade pela educação não é algo a curto prazo. A participação que precisamos para que se efetive uma mudança de olhares relativamente à Educação é lenta, gradual e cheia de novos caminhos durante o percurso. A participação na escola foi catalogada por Gandin (2004, p.15) como algo que consagra a necessidade de um projeto político e estabelece a mesma participação como artefato indispensável de uso de poder em todos os graus.

Na perspectiva da gestão democrática, é necessário que os segmentos da escola tenham conhecimento de sua identidade sociocultural, que promovam as relações interpessoais bem elaboradas pelo diálogo e uma comunicação bem articulada, com vistas ao bem comum. É esse grupo de construção coletiva que o Gestor Escolar precisa alicerçar, a longo prazo, com diálogo e justiça social. Esse ideal de construção coletiva foi disponibilizado na escola de atuação como ideia-chave de participação para a democracia e a evolutiva qualidade na educação infantil.

Buscando conceitos em Paro (1986), outro autor de grande relevância para o tema, destaca-se o desafio do gestor escolar que pensa a educação com o viés democrático, pois, para contemplar a garantia do direito à Educação para todos, busca provocar situações de participação dentro da comunidade escolar e adjacências, onde a Educação de Direito seja efetiva dentro e fora da escola, onde o pluralismo cultural e as diferenças étnicas, de gênero ou raça sejam respeitadas e aceitas como parte do todo, e assim possa ser edificada uma Educação de Direito para Todos.

Ainda recorrendo a Paro (1986), este define administrar como a utilização racional de recursos para determinados fins. Ocorre, então, que a administração passa a ser uma espécie de mediadora de ações, contudo isto não quer dizer que todas são idênticas, pois é preciso ter singularidade nas características administrativas. Ou seja, a cada administração/gestão cabe, sim, uma singularidade da personalidade do gestor, que deve ser democrática, apresentando clareza e coerência na dedicação a seus atos, reconhecendo as características da escola em que atua.

Outro aspecto que devemos dar muita atenção quando se refere à gestão escolar é o que se pretende gerir. Conhecer o campo de trabalho faz com que as coisas fluam com maior facilidade. O conhecimento sobre o contexto da educação infantil é, pois, imprescindível para quem deseja atuar como gestor de Escola Infantil.

Os PCN (BRASIL, 2006) para Educação Infantil apontam vários caminhos, objetivos e metas a se contemplar. Entre eles, destaca-se que

A Educação Infantil visa desenvolver na criança:

- . Uma imagem positiva de si mesma, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações.
- . Descoberta do seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar.

- . Vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social.
- . Interações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vistas com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração.
- . Um ambiente com possibilidades de desenvolver atitudes de curiosidade, percebendo cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para a sua conservação.
- . Brincadeiras, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades.
- . Diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva.
- . Manifestações culturais, que despertem atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (BRASIL, 2006).

Uma situação que devemos considerar é que conhecer a escola é indispensável para idealizá-la como um espaço relacional, um espaço sujeito a compromissos, colaboração e participação. Um espaço organizado de forma plural e diversa, que permite compreender a natureza desse espaço educativo, das relações e interações que aí ocorrem.

Penso que prática da gestão democrática exige do gestor ser um bom observador e administrador, conhecedor das bases da Educação Infantil, articulador com a comunidade e mantenedora, descentralizador de poderes e motivador da participação de todos no que se refere à vida que acontece dentro da escola. A escola poderá transformar a sociedade se os que detêm o poder agirem como sujeitos sociais, e que percebam no outro sua própria fortaleza. Nas relações interpessoais residem muito das soluções para participação dos pais na vida escolar dos filhos.

Por fim, vale lembrar que, nas palavras de Cury (2002, p.173), a gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Aspectos que transcendem a formação curricular tradicional para a construção de sujeitos sociais. Segundo o mesmo autor:

Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos de indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta (CURY, 2009, p. 23).

Não é possível, dessa forma, falar em qualidade na educação sem se conceber que a gestão democrática atua como veículo para democratizar a escola, pois, segundo Bastos (2005), para além de democratizar a gestão, é preciso democratizar toda a escola, seu currículo, os professores, as turmas, os funcionários, eliminando o caráter de subalternidade e hierarquização presentes na escola.

Isso tudo é uma construção muito demorada, que exige estudo para aprofundar conhecimentos. Criar condições para que isso aconteça passa por vários fatores, pois legalmente as políticas que regem cada um desses segmentos são dissociadas, e isso acaba, muitas vezes, burocratizando os processos que poderiam ser mais eficazes e rápidos. As diretrizes que regem, por exemplo, o estatuto do servidor, colocam tal ator numa situação que nem sempre lhe incumbe de participar democraticamente da escola. Pois ao servidor compete preservar a carga horária semanal, e normalmente as predições da participação escolar deste, estão fora do seu horário, o que não lhe agrada à comparecer. É preciso que a pessoa adote a proposta como parte de cidadania e mudança social para o entorno em que vive e convive.

Reafirmo que considero o conceito mais eficiente para transformar essa desconstrução de hierarquização numa nova construção de escola democrática perpassa a identidade que cada escola constrói em conjunto com seus pares. Sobretudo, não é menos importante lembrar que cada sujeito é cidadão de direito, devendo exercitar sua cidadania pensando no todo. Outra quebra de paradigma acaba por se instaurar nesse processo, pois nem todos os envolvidos na vida escolar estão lá por amor ou dedicação plena.

Envolver as pessoas da comunidade escolar no dia a dia da escola tem se tornado um grande desafio para os gestores, sejam pais, alunos ou até mesmo as pessoas que fazem a escola funcionar. Muito do ato de participar reside na motivação das partes que atualmente vivenciam a transformação da sociedade e de suas vidas.

As escolas em geral e seus partícipes vivem, em muitos casos, a precarização do ambiente escolar. Seja pelos baixos salários dos professores, dos trabalhadores da educação, a precariedade da infraestrutura e a ausência ou insuficiência de condições de trabalho. Isso também ocorre nesta escola. É preciso criar as condições e a viabilidade de diálogo para que as dificuldades sejam postas claramente ao conjunto e, por meio da participação, sejam resolvidas. Para Libâneo (2004):

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento dos profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento de objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação (LIBÂNEO, 2004, p. 102).

Assim, a ideia é que, pela participação, a comunidade escolar possa elaborar conjuntamente um caminho de autonomia e identidade para essa escola, no sentido de que chegue cada vez mais próxima do que se pressupõe ser a qualidade na educação infantil.

ANÁLISES E RESULTADOS

Na Educação Infantil, não podemos esquecer que estamos dividindo momentos com a vida de um sujeito (aluno-bebê), que, embora infante, sente e percebe o mundo a sua volta através da afetividade. A habilidade que ele precisa adquirir não é a de construir conceitos científicos, mas a de explorar o mundo pelo seu corpo e pelo do outro, nas relações com o outro e com o objeto. Assim, o professor não orienta a caminhar, mas vivencia a caminhada no momento em que esta acontece.

Assim, percebemos que inferimos nossos conceitos e sensibilidades diretamente no dia a dia. O estar e permanecer na escola nem sempre é o que caracteriza a vontade da criança, que, com certeza, seria a de ter uma atenção exclusiva dentro de sua família. Mas essa mesma família precisa ter esta atitude para acompanhar o mundo atual. E procura pelo melhor lugar sempre, em que as condições de atendimento, de cuidado, carinho e educação sejam as melhores possíveis.

Por todo esse contexto, a EMEI aqui referida firmou uma identidade bastante sólida que foi balançada quando, no meio do período escolar, a mantenedora informou o seu fechamento. Ocorre que o Conselho Municipal de Educação- CME, tem o compromisso de visitar o local para que se regulamente a instituição. E, para isso, vários fatores precisam estar de acordo com a legislação vigente. Entre eles, o espaço físico, as condições de infraestrutura do prédio, a acessibilidade, a conjuntura correta para que se edifique com qualidade a educação infantil. E nossa escola não estava.

Então, o CME emitiu um relatório apontando as coisas que deveriam ser providenciadas/solucionadas pelo executivo, ou a escola não poderia mais funcionar, já a partir do segundo semestre de 2015. Sabemos que a modalidade da Educação Básica denominada Educação Infantil, etapa creche, assim determinada pelo Ministério da Educação e detalhada no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), é o palco em que se dá o desenvolvimento humano, e esse período será decisivo para as próximas fases do desenvolvimento. Sobretudo aos pais e à comunidade toda, sempre presentes, construindo uma identidade que talvez a mantenedora desconheça. Esse respeito faltara, pois não houve diálogo sobre os processos, o que gerou na comunidade desconforto e indignação.

No dia 03 de julho, então, ocorreu uma reunião extraordinária com os pais e a comunidade escolar. Nela a Secretaria Municipal de Educação buscou explicar os motivos pelos quais a escola havia sido fechada. E algumas das falas dos presentes colocavam que *[A Escola não pode fechar! Onde vamos deixar nossos filhos! Não são cadeirinhas pra ir pra outro lugar sem nos perguntarem nada! A Secretaria de Educação tem que pedir ao Conselho Municipal mais prazo para fazer as melhorias. Nossos filhos já têm um elo com essas pessoas, confiamos nelas, elas nos ensinam e a*

nossos filhos. Eles fazem trabalhinhos. Aprendem a conviver com os outros. São felizes aqui. Acham que vamos levá-los assim no meio do ano pra outro lugar? Pagamos nossos impostos. Votamos. Que desrespeito é esse?...].

Em nova reunião, a Secretaria de Educação comunicou aos pais o retroceder do processo de fechamento, quando ao Conselho Municipal de Educação foi pedido novo prazo, sendo concedido. No momento, estão todos no aguardo do enquadramento da escola nas normas legais e assim poder ter seus filhos em local pertinente à Educação Infantil.

Esta não foi, porém, a única nem a primeira demonstração de participação dos pais na nossa escola. Eles são muito politizados, atentos, presentes, e receberam da gestão desde o início a oportunidade de viver a escola, pois sabem como acontece a vida de seus filhos dentro da escola. Isso é transparência da gestão.

No mês de agosto, surgiu uma nova oportunidade de participação: o Orçamento Participativo. Trata-se de uma ferramenta altamente democrática que possibilita a tomada de decisão em conjunto. Um exercício de cidadania, participação e inclusão.

Avaliando o contexto que mais colabora para o exercício da cidadania, foi conversado com os pais sobre “Participar”. Decidiu-se colocar a ‘ampliação e reforma da escola’ como demanda do orçamento participativo – etapa centro. Na cidade de Sant’Ana do Livramento, essa prática vem rendendo muitas melhorias, pois o governo realiza as demandas e a população aprova. É uma verba que tem uma função social muito válida. Iniciou-se, então, uma campanha para que todos os pais, responsáveis, familiares, entre outros, estivessem no dia da votação (25 de agosto de 2015). Uma assembleia linda de ver, de viver.

Estava quase 100% da comunidade escolar e havia muitos que tinham ido conhecer a escola. A participação é o caminho mais direto à democracia. Ele compromete, faz refletir, exige doação e saber ouvir. Legitima a corresponsabilidade de todos os envolvidos. Conquistada a reforma e a ampliação da escola, agora por verba federal – a ser aplicada em nossa escola já no ano de 2016, segundo as palavras do executivo municipal.

Enfim, todos os caminhos que nos levam a alcançar a participação dos pais legitimam a identidade da escola e, sobretudo, constroem estruturas sólidas para que cada vez mais se a edifique como um lugar de saberes sociais. A escola deve desempenhar seu papel educativo, não pela transferência de conhecimento, mas pela troca de vivências e experiências que juntem num mesmo palco atores distintos para tornar um sonho possível.

Inicialmente, não podemos esquecer que estamos dividindo momentos de vida com um sujeito (aluno-bebê) que, embora criança, sente e percebe o mundo à sua volta através da afetividade e dos sentidos. A habilidade que ele precisa adquirir não é apenas a de construir

conceitos já instituídos, mas a de explorar o mundo pelo seu corpo e pelo do outro, nas relações com o outro e com os objetos. Assim, o professor não orienta a caminhar, mas vivencia a caminhada no momento em que esta acontece. Assume um papel que a família deveria desempenhar, mas que, com a vida moderna e as necessidades do trabalho, é dividido e/ou distribuída com as instituições de Educação Infantil.

É preciso, no entanto, construir uma participação saudável dos pais na vida escolar dos filhos, pois as crianças são sujeitos que estão em constante desenvolvimento e devem ser assistidos e educados dentro de uma sociedade, preferencialmente, justa e igualitária.

Enquanto professor/pessoa, inferimos nossos conceitos e sensibilidades diretamente no dia a dia da criança. O estar na escola nem sempre é da vontade dela, já que, com certeza, seu desejo seria o de ter a atenção exclusiva e dentro do âmbito de sua família. O permanecer na escola é uma cobrança determinante da família ao poder público. E este deve prover as condições que atendam minimamente à qualidade para as crianças da creche, sejam estas de infraestrutura, de alimentação, de atendimento pedagógico ou de outra natureza, mas que caracterizem a Educação Infantil como patrimônio social do município.

Observando a participação dos pais na escola aqui apresentada, pode-se perceber que a família participa ativamente no cotidiano escolar e que a opção de escolher a educação desde a creche foi com a intenção de permitir à criança um desenvolvimento com qualidade, para que aprenda convivendo com os outros e sendo cuidado por pessoas preparadas para isso.

Analisando o contexto da escola, vejo que os pais apontam um interesse sobrecomum na trajetória escolar que seus filhos, ainda bebês, começam a trilhar em busca de uma educação que se some ou substitua a que eles pretendem dar – convivendo de maneira saudável com os coleguinhas e aprendendo muito, como a pintar, desenhar, brincar, correr, comer, conversar, etc.

Assim, a modalidade da Educação Básica denominada Educação Infantil, etapa creche, assim determinada pelo Ministério da Educação e detalhada no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), é o palco em que se dá o desenvolvimento humano que será decisivo para as próximas fases. E é neste palco que os pais também precisam atuar, participando da escola não apenas em chamamento às reuniões, mas no dia a dia e nas questões que surgem como em toda a sociedade organizada.

Nesse processo, as ações foram elencadas para uma análise mais detalhada, o que resultou no indicativo de aproximação dos princípios eleitos pelo Curso de Especialização em Gestão Democrática.

Inicialmente, algumas ações que foram desenvolvidas no PI apresentaram como resposta que uma minoria dos pais considera que participar da escola seja algo de corresponsabilidade de

todos. A construção da ideia de que participar é algo que influencia no desenvolvimento das atividades e do processo de ensino-aprendizagem das crianças começou a ser construída ao mesmo tempo em que se constituía a identidade da escola. Ou seja, os pais estavam aprendendo a pôr os filhos na escola, ao mesmo tempo em que a escola aprendia a educar, cuidar e amar seus alunos. Nos questionamentos aplicados após o PI, a maioria dos pais descreveu em seus relatos o desejo de que a escola amplie seu atendimento para até o pré-escolar, pois percebem a importância do ato educativo que a escola oferece. As entrevistas feitas com os pais sobre as relações interpessoais definiram que existe nas pessoas que trabalham nesta escola um conhecimento muito grande sobre “ensinar na creche”, interpelando os conceitos culturalmente estáticos de que creche apenas cuida, troca fraldas e dá alimentação.

Na reunião de apresentação do foco do PI, sendo o tema a “**Efetivação da participação dos pais da comunidade escolar para uma gestão democrática**” foi explicado aos pais o interesse em tornar frequente e positiva a sua participação em todo o contexto escolar. Passaríamos, então, a ter reuniões, conversas informais e encontros sobre a escola como instituição social. O intuito era unir em corresponsabilidade pais, professores e funcionários para criar uma escola sólida, como prevê a legislação nacional, tornando o direito à educação uma ação concreta na nossa instituição. Tal direito pressupõe a igualdade de condições para todos os que buscam Educação. Participar também é um direito da sociedade e da família que não pode ser furtado pela desorganização ou pelo desconhecimento do gestor. Os direitos humanos, basicamente, são essenciais à dignidade humana, pois todos desejam intimamente ser legitimados como cidadãos pela igualdade, sem distinção. Para além de um cumprimento legal, eles mexem diretamente no sujeito como autor e ator de sua história sociocultural.

Ao tentarmos determinar com clareza “que escola queremos”, buscou-se nas ações durante e na metodologia do percurso deste trabalho que os segmentos da escola fossem questionados e instigados a refletir sobre a importância da nova versão de creche que se vem configurando atualmente. E se analisa que, na vida dos pais e das crianças, a escola é uma ferramenta de desenvolvimento do sujeito social que todos somos. É preciso, porém, pontuar que resultados o trabalho desenvolvido com essa ferramenta social apresenta na vida da criança.

Quando foi feita esta pergunta, houve a intenção de trazer à tona o que cada um entendia por escola e permitir que se faça um paralelo entre escola e creche. É necessário esclarecer que houve uma transformação conceitual e pragmática muito grande no que antigamente se considerava “creche”, cujo conteúdo em nada fazia referência a educar. Fazendo uma volta no tempo, é sabido que as e creches contavam apenas com profissionais capazes de alimentar e cuidar para que não se machucassem. Atualmente temos professores regentes nas salas de berçário que desenvolvem excelentes – e principalmente adequadas a cada faixa etária – atividades pedagógicas.

Existiu um salto categórico e positivo na Educação Infantil em nosso município, pois desde a creche os alunos contam com o professor, o atendente e o auxiliar. Podendo, assim, realizar as atividades de sala de aula, próprias para a creche. Um coordenador pedagógico que possa movimentar a sala de professores com projetos e ações também é um recurso disponível nas creches. O trabalho na “ME” é reconhecido pelas famílias, devido ao seu fazer pedagógico com bebês, que passou a demonstrar aos pais e aos demais que existem inúmeras possibilidades felizes de se tornar a creche uma instituição escolar criativa e produtiva.

Analisando as respostas oriundas das atividades com os pais e familiares, várias demonstraram que o “cuidar” para os pais trabalharem é algo vivo e histórico, mas que pretende ser reordenado com o ideal de que as crianças aprendam e descubram novos conceitos nas creches.

Durante meu curso Normal-Magistério (1993-1997) na disciplina de Fundamentos da Educação, estudei que desde a época industrial, a Indústria Ford dispunha de creches para que suas trabalhadoras, advindas da inicial inclusão da mulher no mercado de trabalho, tivessem onde deixar os filhos, entendendo que estas poderiam render mais, pagando-lhes bem menos por ser uma mão de obra feminina. É fato que as mulheres, com todo esse aparato sociocultural da modernidade, “chefas de família”, começaram a colocar a educação como algo essencial à sobrevivência humana.

Com a modernidade, os filhos são gerados e já têm suas vidas planejadas para chegada à escola assim que termine a licença maternidade (quando há). A função social da escola infantil, nesse contexto, é um braço essencial na vida dessas mães. A singularidade da comunidade surge justamente do modelo de escola que procura para seus bebês. Não se procura um lugar apenas para “cuidar”, é preciso “educar, cuidar... amar”. E este foi o lema escolhido para a escola em que se deu todo este trabalho, cujo fim era a participação, por entender-se que nessas palavras se encerram os fundamentos de como proceder na creche. Extraído o sentido real de cada palavra e trabalhado com professores, funcionários e pais, buscou-se articular e vincular ao cotidiano e às nossas práticas profissionais e cidadãs. Mesmo com as dificuldades de reunir os pais, devido a inúmeros fatores que impedem que a participação seja mais eficiente, as famílias vêm acompanhando todo esse processo e cuidando dos atos pedagógicos e educativos da escola. Isso deu origem a uma identidade muito forte de comunidade. O que, segundo os próprios pais, não é possível encontrar em outro lugar.

Nas palavras de PARO (1997),

[...] a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento do seu filho como ser humano (1997, p. 30).

Uma das ações em que vi presente a participação e o comprometimento dos pais foi um convite para que os que desejassem formassem um grupo para conversar sobre temas da escola. Um ensaio para a formação do Conselho Escolar ou Círculo de Pais e Mestres apresentava-se nessa ação.

As mães que formaram esse grupo foram aquelas que desejavam que a escola fosse para seus filhos uma extensão delas mesmas, principalmente no ato de educar. Na reunião do grupo, as mães puderam ter conhecimento mais detalhado do Projeto Político-Pedagógico e dos Planos de Estudo. Nisso, abrangeu-se concretamente a ideia de que a creche não é “apenas” um lugar assistencial, mas uma escola com todas as suas características sistematizadas e organizadas. Foi então que o grupo se viu importante para passar aos demais esses aspectos. Percebeu-se, assim, a necessidade do gestor de que os pais estejam junto a ele nas tomadas de decisões e na solução de problemas inerentes ao contexto Educação Infantil. Não como carácter deliberativo, mas como modo de pensar junto sobre as prioridades e os rumos da educação.

No momento, estamos à espera de que o executivo cumpra a ampliação e a reforma da escola, seja pela Secretaria Municipal de Educação, seja pelo Orçamento Participativo. O notável é que os pais estão muito comprometidos com a participação na escola, projetando ali o lugar idealizado para seus filhos.

Voltando nossa atenção ao artigo 205 da Constituição Federal (1988) – “A Educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” –, percebe-se que a escola encontrou, pela participação da comunidade escolar, o caminho para cumprir as exigibilidades legais.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica escolar, bem público e, portanto, dever de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alcançar esta etapa, que se caracteriza pela conclusão deste curso, não significa idealizar uma chegada ou um final de percurso somente. Penso que é na impossibilidade de concluir que sempre se recomeça, e a pesquisa-ação demonstrou-me que as ações são todas suscetíveis de uma pluralidade imensa de situações que podem fazer uma pesquisa dar certo ou não, encerrar-se ou recomeçar.

Nessa linha, também se comunga a ideia de que muitas outras conclusões poderiam ser desdobradas no contexto da Participação Escolar, pois o “mergulho” no universo da participação dos pais na educação infantil favoreceu a finalidade de pesquisar e colocar em prática os estudos e conhecimentos elencados no percurso.

Os momentos vividos neste período fizeram com que se refletisse sobre o processo de Gestão Escolar Democrática e Participação Escolar, sobre como essas duas propostas podem ser promissoras e colaboradoras entre si para que a Educação de Qualidade chegue definitivamente às nossas salas de aula.

Várias etapas foram vividas nesse percurso: as relações interpessoais, a cultura, a identidade, a democracia, a cidadania, a participação, as subjetividades, o diálogo, a pesquisa, as burocracias, as relações de poder, os conhecimentos imbricados em cada sujeito que foi ator nesse cenário em que se deu a ação principal do curso de Especialista em Gestão Escolar.

Para a Escola, fica a construção de uma possibilidade real de oportunidades de proximidade com os pais, com a comunidade escolar. Sabe-se que todas as informações necessárias da vida escolar precisam estar para a comunidade assim como a comunidade deve estar para a escola.

A pureza da gestão democrática ressalva-se em tornar o cidadão um ator em sua jornada, sabedor dos direitos e deveres que afetarão não apenas um elemento, mas um contexto inteiro, que aqui chamamos de Escola. Isso é uma conquista que só pode ser alcançada pela corresponsabilidade da participação, em que todos percebam a sua importância na escola e se sintam responsáveis pela educação que ali acontece.

Durante o curso, uma das questões mais debatidas foi se “seria possível uma gestão democrática nas escolas de hoje”. E a que nos fizemos o tempo todo: “É possível a participação dos pais na vida escolar dos filhos, mesmo bebês, alavancar uma gestão democrática? É possível dessa ação se abrirem portas para que se acredite que a creche deixou de ser um lugar de cuidados e passou a ser um cenário de contribuição social e pedagógica produtivo na vida desses alunos?”.

SIM, é possível. As ações desenvolvidas neste projeto fizeram comprovar que, pela corresponsabilidade de todos, e por meio da participação na escola, em todos os seus momentos,

administrativos ou pedagógicos, felizes ou tristes, de discussão e decisão, de afirmação ou negação... o diálogo é e será a ponte mais segura para se chegar ao lugar em que a Educação Infantil se revele eficiente e a gestão se mostre democrática. É nessa perspectiva que podemos tornar a família parte do contexto, e não uma freguesa. Educar é uma ação que não tem clientes, tem seres humanos – passíveis de erros e acertos, em constante desenvolvimento, com inúmeras diferenças e percepções –, que vão se fazer únicos, capazes de se redescobrir como sujeitos que vivem em sociedade, que dela fazem parte.

A melhoria que se deseja da qualidade escolar só chegará quando todos participarem da escola na sua essência, sendo corresponsáveis em todos os segmentos. Iniciou-se essa caminhada na Escola Municipal de Educação Infantil M.E. através deste curso. Sabe-se que tudo muda e que muitas situações podem fazer retroceder o caminho de participação que foi construído pelos pais, alunos, professores, funcionários e gestão desta escola. Mas nada vai apagar o que ficou pintado com as cores da esperança em uma Educação com a Participação de Todos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, João Batista .Gestão democrática da educação e da escola pública em práticas quotidianas: Questões teóricas e metodológicas da pesquisa. In: GARCIA, L.R. & SERRALHEIRO, J.P (Orgs). **Afinal, onde está a escola?** Porto: Profedições, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil**. v.1. Brasília, 2006.

GADIN, Danilo. **Escola e Transformação Social**. Petrópolis: Vozes, 6ª ed. 2000.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo, Cortez : Autores Associados, 1986.

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Como Fazer Pesquisa Ação**, 2003. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/57/Projeto_Vivencial/PV1/RICHARDSON_Como_fazer_Pesquisa_Acao.pdf> [Sala Ambiente Projeto Vivencial] Acesso: 18 de outubro de 2015.

<http://www.ijui.com/artigos/46582-gestao-escolar-a-importancia-do-planejamento-participativo-para-uma-gestao-democratica.html>] Acesso: 31 de outubro de 2015.

